

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do treze de dezembro de dois mil e vinte e um

--- Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, na vila de Nelas, no Auditório do Edifício Multiusos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 07/06/2021.-----

----- 2. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 22/11/2021.-----

----- Período da Ordem do Dia-----

----- 1. Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, conjugado com a alínea c) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 1 de junho e o dia 30 de novembro de 2021, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 3. Análise, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 4. Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2022, de acordo com a Informação de Serviço n.º 995/2021, de 18 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

----- 5. Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2022, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 6. Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2022, de acordo com a Informação de Serviço n.º 977/2021, de 17 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

----- 7. Listagem dos compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 8 de maio e 17 de novembro de 2021, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 990/2021, de 18 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

--- Intervenção do Público-----

Assembleia Intermunicipal

--- Realizada a chamada às dezassete horas e trinta minutos, verificou-se a falta do seguinte

Deputado: -----

--- António Egrejas Leitão Amaro (solicitou renúncia); -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Cilene Lindinho**, cuja intervenção se transcreve: “Começo por cumprimentar todos os deputados intermunicipais, cumprimento também o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o Senhor Presidente da Câmara de Nelas, a quem agradeceu a cedência deste auditório. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 07/06/2021** -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, não participando na votação os deputados que não estiveram presentes na referida sessão, nomeadamente José Alberto Nunes e Lopes Tavares, Ricardo Jorge da Costa Guerra, António Manuel Vicente Marques, Cilene Gomes Lindinho, Luís Carlos Marques de Almeida, Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, António de Oliveira Giroto, Liliana Marisa Rodrigues Gomes, José Luís Gonçalves Pereira, Maria de Fátima Rodrigues Marques Cunha, José Albuquerque Vaz, Ana Carla de Figueiredo Luzio, Rui Manuel Simões da Costa, Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Abel Joaquim Tavares Dias, Maria Elizabeth Oliveira Cancelas, Luís Miguel do Carmo Ferreira Veiga da Costa, Marta Susana Alves Palrinhas, Manuel de Sousa e Silva, Maria Ester Vargas de Almeida e Silva, Sérgio Girão de Almeida Santos, André Roxo Xavier de Sá, Gonçalo Rui Martins Magalhães, Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte, Maria Helena de Campos Coimbra, Henrique Gomes Morgado, Luís Miguel Figueiredo Duarte, Bruno Videira de Albuquerque Fernandes, João Paulo Loureiro Rebelo, Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva, Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque e Débora Soraia Oliveira Marques.

--- **Quanto ao segundo ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 22/11/2021** -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, não participando na votação os deputados que não estiveram presentes na referida sessão, nomeadamente Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, José Albuquerque Vaz, Mário do Carmo Pereira, Maria Elizabeth Oliveira Cancelas, António Maria Oliveira de Matos e Gonçalo Rui Martins Magalhães. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a todos, senhora Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, é só para que fique aqui bem claro, que relativamente à aprovação da ata do dia 7 de junho, que fique em ata que quem não esteve presente, os que não faziam parte dessa Assembleia Intermunicipal não podem votar, portanto não pode ser a votação por unanimidade. É só para ficar este registo, para se adequar o discurso. Obrigada.” -----

--- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, **Cilene Lindinho**, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.” -----

--- Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos** – 1. Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, conjugado com a alínea c) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa noite Senhora Presidente, restantes elementos da Mesa, caros colegas, queria só dar a informação que o candidato a Secretário Executivo, já foi aprovado em Conselho Intermunicipal e estamos apenas à espera da eleição.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Conselho, Senhoras e senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, nosso anfitrião, Senhores Presidentes de Câmara. As CIM são entidades administrativas relativamente recentes e resultam da intenção de aproximar os órgãos de decisão das diferentes realidades dos diferentes territórios. A pouco e pouco vão conquistando mais competências e têm-se afirmado como órgãos extremamente importantes para o desenvolvimento local. Num patamar mais próximo dos cidadãos do que as CCDR e fazendo os eleitos locais parte da sua gestão, são também entidades mais democráticas e mais participativas. -----

--- As CIM estão dotadas de colaboradores próprios, alguns destacados das autarquias que as compõem e outros foram construindo as suas competências originariamente nas próprias CIM. Desde o seu início que a CIM Viseu Dão Lafões tem como responsável máximo da sua gestão administrativa Nuno Martinho e, neste ponto da ordem de trabalhos, esta Assembleia vai decidir a sua continuidade ou não como secretário executivo. -----

--- Tal como referi na última Assembleia, Nuno Martinho tem sido um garante de estabilidade e de confiança e tem sabido liderar com grande competência os colaboradores da CIM Viseu Dão

Assembleia Intermunicipal

Lafões. Os votos de louvor aprovados no mandato anterior são prova disso mesmo e o facto do seu nome ter sido aprovado por unanimidade por todos os senhores presidentes de Câmara realçam as suas capacidades. -----

--- Aprovado que foi o seu nome pelo Conselho Intermunicipal, cabe a esta Assembleia votar a sua eleição, cumprindo assim o princípio de duplo escrutínio na escolha do secretário executivo.

--- Da parte da bancada do Partido Social Democrata daremos um voto de confiança reforçado em Nuno Martinho e, com isso, em todos os colaboradores da CIM. -----

--- Com efeito, a CIM Viseu Dão Lafões tem exercido com tal competência as funções que lhe têm sido atribuídas que por isso se evidenciou como uma referência a nível nacional, de tal forma que tem merecido a confiança, quer do Governo quer da CCDR Centro, para a assunção de determinados projetos piloto que mais tarde se vão disseminados por outras CIM. -----

--- Na verdade, a CIM Viseu Lafões tem sido pioneira e inovadora em muitas matérias, tais como:

--- Centro de competências de gestão de vias, que permite identificar o índice de qualidade das nossas estradas e, a partir daí, ajudar na tomada de decisões (projeto em parceria com as Infraestruturas de Portugal); -----

--- Life Landscape Fire - projeto inovador no domínio da proteção civil e defesa da floresta, único projeto português aprovado, neste vertical da resiliência da floresta; -----

--- PISA for Schools - projeto promovido pela OCDE, no âmbito do sucesso educativo em que a CIM foi escolhida como uma das quatro CIM piloto a nível nacional; -----

--- Definição da rede de cursos profissionais - CIM piloto a nível nacional no ano letivo 2015/2016; -----

--- Plataforma de emergência e proteção civil intermunicipal - um instrumento poderoso na tomada de decisão pelos agentes de proteção civil; e -----

--- Primeira CIM a ter um plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas. -----

--- Para além disso, destaca-se ainda a captação do Centro Europe Direct para a região, em competição com a CIM Aveiro, e a implementação de um sistema de videovigilância para a floresta. -----

--- Por tudo isto, o nosso voto é no sentido da continuidade de Nuno Martinho como secretário executivo da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Muito obrigado." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve: "Muito boa tarde a todos e a todas, naturalmente a senhora Presidente e a Mesa, Senhor Presidente do Conselho e também a restante Mesa e caros colegas. Não vou ocupar muito

Assembleia Intermunicipal

tempo da Assembleia, porque na prática o nosso colega Telmo Antunes já referenciou o essencial e o partido socialista acompanha de facto esta renovação na continuidade do atual Secretário Executivo. Eu próprio, não enquanto membro desta Assembleia Intermunicipal, dado que só recentemente aqui estou, mas mesmo no exercício de outras funções e até como cidadão, fui sempre acompanhando muito positivamente o trabalho que Nuno Martinho foi fazendo nesta nossa Comunidade Intermunicipal, de resto os votos de louvor que constam das atas da penúltima ou da última Assembleia Intermunicipal do mandato anterior, julgo que espelham bem e evidenciam bem o trabalho indispensável e sobretudo abnegado, que ao longo destes anos tem feito. Acompanhamos, evidentemente, também, o que foi a votação e o sentido do Conselho Intermunicipal, que naturalmente acompanha muito mais o trabalho do próprio Secretário Executivo, mas que esta Assembleia Intermunicipal e, doravante todos nós, teremos essa possibilidade e por isso o Partido Socialista acompanhará também a renovação do nosso Secretário Executivo da CIM. Muito obrigado.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com um voto em branco. -----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 1 de junho e o dia 30 de novembro de 2021, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Dizer-vos que decorrente do período curto que levamos, digamos, como Presidente deste órgão, a atividade naturalmente foi curta ainda, mas eu respigava daqui três ou quatro notas importantes da atividade e da informação do Presidente, que tem a ver com algumas reuniões importantes que tivemos com representantes da tutela e uma com o nosso deputado, mas também ao mesmo tempo, Secretário de Estado, que na qualidade de Coordenador Regional, nos solicitou uma reunião com a Comunidade Intermunicipal, sobre a situação pandémica.-----

--- Passámos em revista a situação nos vários concelhos que integram a CIM e fomos-lhe dando nota da situação generalizada. E hoje, queria fazer uma pequena observação em relação a isto e também naturalmente não pedi ao Secretário de Estado, que não está aqui nessas condições, para deixar aqui uma solicitação ao Governo para que, aliás, na sequência daquilo que foi ainda ontem, também referido no Congresso da Associação de Municípios, que este suporte de

Assembleia Intermunicipal

resposta à pandemia que tem sido reconhecido por todos, tenha depois transcrição financeira em termos dos apoios aos Municípios. -----

--- Nós sabemos que, de facto, o papel é reconhecido e achamos que justamente reconhecido, mas depois não tem havido retribuição financeira naquilo que são autênticas machadadas nos orçamentos municipais. -----

--- Dou a título de exemplo, não conheço a totalidade, mas a averiguar pelo meu município, nós gastámos com a situação pandémica 4, 3 milhões de euros, até agora fomos ressarcidos em pouco mais de 500 mil, que significa que, de facto, para além da disponibilização dos equipamentos de toda a natureza, do envolvimento das nossas comissões municipais de proteção civil, etc., e, ainda, temos esta questão que nos vai, digamos, gastando o orçamento que tanto é preciso para outras situações, de qualquer das maneiras eu gostaria de enfatizar, deixar aqui claro que os municípios continuarão a dispor, sem nenhuma reserva, dos equipamentos que têm para salvaguardar a saúde e o bem estar das populações deste âmbito territorial que representamos. -----

--- Depois gostava também, de deixar uma outra nota, de uma outra reunião, e que teve a ver com uma reunião com as Infraestruturas de Portugal e que versou, praticamente, na questão do nosso IP3. E, portanto, deixar aqui a informação que nos foi transmitida, o IP3, se tudo correr bem, terá mais três obras, ninguém garante que a lançar no próximo ano, mas são mais três troços que estão em questão. O que nos foi dito, textualmente, é que não há ainda, nenhuma resposta para o chamado troço zero, acho que é assim que se chama, na zona de Penacova. ---

--- Ainda se estuda como é que se vai resolver o problema daquela passagem e também nos foi dito que, a correr tudo como está, seguramente vamos ter o IP3 requalificado lá para 2026. ----

--- Dissemos na altura e que gostaria também aqui de vos transmitir, é que não achámos que isto seja um horizonte temporal que se coadune com a necessidade e com os anseios das populações que nós representamos e exortei que não deixássemos cair o problema da autoestrada. -----

--- Eu sei que a autoestrada foi rejeitada, em tempos que se calhar se justificava, naturalmente e até nomeadamente pelos custos económicos que a mesma comporta, mas numa altura em que, digamos, as fontes de financiamento são algumas e de grande monta, eu penso que não devíamos deixar cair esta situação, da ligação entre as duas maiores cidades, das duas cidades mais populosas do Interior Centro. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Acho que não há nenhuma justificação para que não sejam ligadas por autoestrada e, portanto, independentemente da resolução do problema do IP3, devemos proejar para que a autoestrada seja uma realidade. -----

--- Dizer-vos também uma outra coisa, foi-nos comunicado que se abandonou, ou que não há nada sobre a ligação de Santa Comba Dão a Mangualde, não há nada previsto nas Infraestruturas de Portugal. -----

--- Foi-nos também dito que, no próximo mês de fevereiro, seguramente haveria interrupção, no mínimo de três semanas, no itinerário entre Viseu e Coimbra, exatamente no IP3, na zona de Penacova. Há necessidade de remover as escarpas graníticas e é um serviço altamente delicado e perigoso, aliás, nós vimos uma filmagem de um drone em que caiu um maciço granítico enorme, sobre uma pista, penso pedonal, da Câmara de Penacova, e, portanto, achamos que é de haver alguma necessidade de cautela ao fazer aqueles trabalhos, sem passagem de veículos. O que é facto é que as alternativas são complicadas. Uma das principais características deste troço, é como sabem, é ser percorrido diariamente por as chamadas viaturas sensíveis, bombeiros e viaturas do serviço nacional de saúde que demandam os hospitais de Coimbra, e, portanto, vai ser complicado aumentar e de que forma a distância entre estas duas cidades. ---

--- Por último, uma reunião também extremamente importante com a Presidente da CCDR, Dra. Isabel Damasceno, também com outros elementos do mesmo grupo, Dr. Jorge Brandão e o Dr. Luís Filipe, sobre a situação das candidaturas e passamos em revista tudo aquilo que são assuntos pendentes com a Comissão de Coordenação da Região Centro, naturalmente solicitando à Presidente que tivesse um olhar, de alguma benevolência, de alguma abertura, para as reivindicações e para as candidaturas que os autarcas da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões vão colocar. -----

--- Eu destacaria estas três notas, desta atividade ainda curta que levamos. E, portanto, fico disponível para alguma questão, que eventualmente nos queiram colocar.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Em primeiro lugar felicitar o Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho pela eleição e desejar-lhe boa sorte também para as funções que tão bem tem desempenhado e que também da nossa parte, do PSD, merece total confiança e reconhecimento. -----

--- Relativamente às informações que o senhor Presidente trouxe aqui a esta Assembleia, naturalmente que nos associamos, não é de hoje, a todas as questões e preocupações levantadas pelos autarcas, relativamente à forma como tem sido tratadas as autarquias ou os municípios pelo governo, relativamente aos encargos que têm tido dos seus orçamentos,

Assembleia Intermunicipal

porque a atividade dos municípios mantêm-se na mesma e a responsabilidade do combate à pandemia é, fundamentalmente, do governo, tratando-se a pandemia uma questão de saúde pública e a gestão do SNS é da responsabilidade da gestão do governo, os municípios não têm qualquer tipo de competência nesta matéria. Até poderão vir a ter no âmbito da saúde, mas nenhuma das competências na área da saúde se prende com este tipo de combate e por isso nós já temos assistido por parte do governo a um conjunto de promessas e de reconhecimento. O mesmo aconteceu com os profissionais de saúde, é agradecer com aplausos. Não é essa a forma de tratar os municípios, não é essa a forma de tratar e reconhecer o trabalho dos profissionais de saúde. Ou se lhe dá o devido reconhecimento pelo trabalho que fazem, se paga aquilo que lhes é devido, se lhes reconhece com carreiras, com um conjunto de circunstâncias que são importantes para a estabilidade profissional desses profissionais de saúde, ou então não é com aplausos e com loas públicas que o reconhecimento é feito. O mesmo acontece com os municípios, os municípios ainda por cima, têm de desviar os seus orçamentos e o financiamento de matérias de responsabilidades e competências que são importantes e que depois acabam por prejudicar, seja ao nível do investimento, seja ao nível da prestação de alguns serviços que são da sua responsabilidade, mas que depois os munícipes não deixam também de os continuar a reclamar. -----

--- Outra das matérias que trouxe aqui que é muito importante, a reunião que manteve com as Infraestruturas de Portugal. Nós estamos todos, certamente, ao corrente do que se passou com o fim, ou com o abandono da autoestrada de ligação Viseu-Coimbra, da Via dos Duques, não teria qualquer encargo para o contribuinte, tudo bem, foram opções políticas, eram parcerias público-privadas, eram concessões na área dos transportes, mas sem qualquer tipo de custo para o contribuinte, ou seja, não eram aquelas parcerias do Sócrates, eram parcerias completamente distintas, todo o risco e encargo ficava do lado do privado, o estado não teria qualquer encargo financeiro, para garantir a viabilidade do investimento. A opção por acabar com a autoestrada, dizia-nos que iríamos ter uma duplicação do IP3 o mais rápido possível. Anunciei aqui, nesta Assembleia, como na Assembleia Municipal de Viseu, como na Assembleia da República, que antes de 2026 não teríamos nada, seriam dez anos à espera. Apontam para dez anos, já sabemos que isto vai resvalar, pelo menos doze. Vai ser uma década para que isto se conclua. Tenho dúvidas quanto a isto, por isso lhe pergunto, o Senhor Presidente falou que havia três troços para o próximo ano, mas que ainda não se sabia bem como é que as coisas se iam concluir. Eu gostaria de saber se já há projeto de execução, se há algum caderno de encargos, se está alguma coisa finalizada de palpável e se vos foi dito qual é que era a fonte de

Assembleia Intermunicipal

financiamento, se já havia também o compromisso do Governo de alguma forma, se é para o próximo ano, porque nós no Orçamento de Estado que estava proposto pelo Governo, não havia qualquer verba garantida para financiar estas obras, dado que o encargo é plurianual, deveria estar certamente previsto e se já lhe disseram efetivamente qual é o valor destinado ao investimento no IP3. -----

--- Por outro lado, entristece-nos bastante aqui, que nos tenha sido comunicado agora, a esta Assembleia, o abandono do IC12. O IC12 é uma via estruturante e que estava integrada, a conclusão do IC12 estava integrada na Via dos Duques, tal como o IC37 de ligação entre Nelas e Viseu, para poder fazer esta ligação à Via dos Duques, a suposta autoestrada de ligação entre Viseu e Mangualde. Senhor Presidente, eu gostaria que ficasse aqui, também, explícito nesta Assembleia o protesto do PSD em relação à ausência de resposta e ao abandono do Governo, da conclusão do IC12. Para os que são mais esquecidos, recordemo-nos bem, que esta foi uma das bandeiras que em tempos um autarca do Partido Socialista levantou como causa para ganhar as eleições em Mangualde. Saiu da Câmara e não está feito, e pior do que isto, tem outras responsabilidades atualmente e nada faz para que esta obra se conclua. -----

--- Quanto à Presidente da CCDR, Senhor Presidente eu peço-lhe que continuem a fazer o trabalho, a diligenciar, para que o próximo Pacto que assinemos para o território, efetivamente para o próximo quadro plurianual, traga aquilo que é demais importante e que consiga verter aquelas que são as aspirações maiores dos nossos autarcas e dos nossos territórios.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimento o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho por esta eleição e com votos, naturalmente, de fazer o bom trabalho que tem feito e que possa continuar com todas as condições que encontrará aqui, com o apoio desta Assembleia Intermunicipal. -----

--- Relativamente ao ponto e às informações trazidas aqui pelo senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, e já também na sequência da intervenção do Deputado Pedro Alves, fazer aqui dois ou três comentários. Um até mais de natureza pessoal. É a primeira vez que estou nesta Assembleia Intermunicipal, mas os ecos desta Assembleia Intermunicipal iam-me chegando ao longo dos últimos anos, noutras funções que tive, como autarca, na Assembleia Municipal de Viseu, como Vereador também e os ecos eram de facto que havia sempre aqui uma grande tensão entre o que eram as posições pró-governamentais e de oposição ao governo. Eu, por acaso, tenho uma visão um bocadinho distinta para estas assembleias intermunicipais e espero verdadeiramente que seja partilhada por mais elementos desta Assembleia Intermunicipal, porque a mim não me resta dúvida nenhuma que todos nós aqui defendemos o melhor interesse

Assembleia Intermunicipal

das nossas comunidades, das nossas populações, do nosso território, independentemente do que sejam os governos a nível nacional. Estaremos intransigentemente a defender esses interesses, pelo menos é, da minha parte, com o que contam. O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal já teve oportunidade de o referir, eu não me dirijo a esta Assembleia Intermunicipal, como é evidente, como membro do Governo, não tenho que o fazer, estou aqui na qualidade de deputado desta mesma Assembleia Intermunicipal, mas o desafio que nos lançava a todos era que este trabalho fosse feito em prol de, e não necessariamente contra, porque senão, enfim voltamos aqui a velhas questões do tu não fizestes quando estavas, mas eu também quando estive não fiz e agora vamos ver como é que se vai fazer, a verdade relativamente ao IP3 é que durante anos e anos e anos nós não tivemos solução nenhuma. O senhor Deputado Pedro Alves traz aqui a questão da Via dos Duques, eu era Vereador da Câmara Municipal de Viseu e estive na apresentação no Salão Nobre do Município, à data o Presidente das Infraestruturas, Dr. António Ramalho, que veio fazer uma apresentação, de facto, que deixou ali aos presentes. O que se veio a perceber é que era uma ideia, eu até na altura tive oportunidade, enquanto Vereador da Câmara Municipal, de me manifestar a esse respeito. Eu não tinha nada contra a Via dos Duques, sou-vos muito franco, não tinha rigorosamente nada contra a Via dos Duques, porque o que eu tinha verdadeiramente era a favor da execução de uma obra que melhorasse a circunstância que conhecemos do atual IP3, mas o que se veio a perceber depois, acho que isto já amplamente conhecido também, é que havia um boneco, perdoe-se aqui a expressão, havia um slide, havia uma ideia, não havia rigorosamente do ponto de vista técnico, projetos, nada rigorosamente, que consubstancia-se ou sustentasse essa mesma visão, portanto havia a ideia, em vez de irmos de Viseu a Santa Comba Dão, vamos ali por Nelas, entramos no IC12, aproveita-se e faz-se aqui uma coisa, mas na verdade não havia rigorosamente nada palpável, o tal palpável que agora para aqui se pede, há quatro anos ou há cinco anos atrás, peço desculpa, há seis anos atrás, não havia. E a verdade é que agora nós temos mais do que um compromisso, mais do que palavras, temos de facto o projeto em andamento. Eu quero aqui recordar, já agora, que 83% deste traçado, salvo erro, do que fui acompanhando pelas notícias, vai ficar em quatro faixas, há 12% do traçado que vai ficar em três faixas, há uma pequena percentagem que tem que ver com as obras de arte, portanto com as pontes que se encontram no trajeto, que pelo menos por hora, por questões orçamentais, garantidamente, mas até por outras questões, não será possível fazer nos termos em que as coisas estão planeadas. É verdade e sou o primeiro a assumi-lo que a primeira notícia que nós tivemos relativamente a isto, apontava para a conclusão em 2024. Também é verdade que a COVID não

Assembleia Intermunicipal

pode servir de desculpa para tudo, mas também é verdade que a COVID existe e portanto que objetivamente todos sabemos que as coisas foram priorizadas e acho que todos nós compreendemos, a nossa saúde individual, de cada um de nós, a nossa saúde coletiva, a nossa saúde pública seja neste momento o que mais energia, mais foco e naturalmente mais recursos nos consome, mas eu diria que a boa notícia desta reunião que o Conselho Intermunicipal teve com as Infraestruturas de Portugal é que há, efetivamente, três troços a concurso, a serem lançados em 2022, eventualmente com a derrapagem no período das obras já anunciado, mas só quem nunca fez obras, ou quem nunca esteve responsável por esse tipo de empreitadas, é que não reconhecerá que há sempre imprevistos e há sempre questões que não correm da forma como nós melhor desejamos. -----

-- Tive a oportunidade e sem fazer uso de informação privilegiada de perceber, no seguimento até das notícias que foram tornadas públicas desta reunião, o que é que de facto se preconizava para o IC12. A Informação que recolhi é que o IC12 continua onde esteve, neste momento a única coisa é que, onde há anos e anos, isso aqui já foi referenciado, com responsabilidades diversas, volto ao meu ponto inicial, que é, a mim pouco me interessa a determinada altura quando as coisas estão a ser feitas, de quem são as responsabilidades, interessa-me objetivamente é conhecer resultados e, portanto, o que aparentemente acontece é que o IC12 não é, neste momento, uma prioridade, o que é diferente de dizer que não vai ser feito ou é diferente dizer que nunca vai ser feito, e portanto, e que é uma impossibilidade. Costuma-se dizer, quando o elefante é grande, não se conseguindo engolir de uma vez, tem de se comer às fatias. Eu fico sinceramente, mas muito sinceramente satisfeito em que nos possam ir colocando algumas fatias no prato, permitam-me aqui esta infeliz comparação, mas se nós vamos ter três troços e se a obra está a andar, se o compromisso, ainda por cima é absolutamente consensual, porque é consensual com este governo e estamos em vésperas de eleições, eu estou naturalmente e aqui ninguém desconfiará que não esteja a contar, naturalmente, com a manutenção deste Governo, mas o que também é bom de registar é que aja o que houver, portanto, aquela é uma obra para continuar, para continuar a garantir justamente o que o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal aqui referia, é uma estrada altamente frequentada, transitada, com, inclusivamente, ligações à área da saúde que são mais do que conhecidas. -----

--- É uma prioridade, está a ser feita, eu da minha parte, da parte do Partido Socialista estamos de facto satisfeitos, o que não quer dizer que não estejamos, como sempre, e também é uma questão de princípio, intransigentemente na defesa, no cumprimento, na monitorização, no



Assembleia Intermunicipal

fundo, na fiscalização ao que é a intervenção das mais diversas entidades nesta matéria, onde naturalmente, o Governo também se inclui. -----

--- Ainda uma nota, e para terminar, relativamente à questão do combate à covid, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal teve também a simpatia de referir essa reunião que tivemos, eu tive a oportunidade de o dizer na altura, mas não quero dizer que não ache importante repetir aqui também, ainda que mais uma vez o Deputado Pedro Alves venha dizer, palmas não é eventualmente o suficiente, eu acho que, é pelo menos merecido, e portanto, a mim, não estou, volto a dizer aqui, também nessa qualidade de coordenador geral de combate à Covid, mas é absolutamente fundamental deixar claro, as câmaras municipais, os municípios e os autarcas, de uma forma geral, têm tido um comportamento exemplar, incedível e têm canalizado todas as suas forças, todos os seus apoios, a este combate. Também, mais uma vez, entrar na lógica se o combate é um combate do Governo, eu diria que é um combate do Estado, e o Estado existe também ao nível, como nós sabemos, dos municípios, que é administração descentralizada, se nós quisermos, local, e que é, de facto, importantíssimo que sejam envolvidos. -----

--- Já está aqui reconhecido, e para concluir, de facto não estão ressarcidos ainda os municípios do forte investimento que têm feito, há essa intenção e foi também mais uma vez patenteada nas intervenções que ouvimos, inclusivamente neste fim de semana, o Governo tem-no dito, há aqui uma questão que é, desculpem lá mas gosto sempre de ver as coisas das diversas perspetivas, que também não posso deixar de colocar e não é em defesa do Governo, não se entendam aqui as minhas palavras nesse sentido, se é certo que os municípios têm feito um investimento suplementar, é verdade, é uma coisa que ninguém contava, também é certo, convenhamos, que os próprios municípios deixaram de realizar um conjunto de despesa ao longo dos últimos anos, ou dos últimos meses, infelizmente, diremos todos, porque significa que a pandemia de facto nos afetou, mas também, é verdade, que os próprios municípios deixaram de realizar um conjunto de despesas e isto tem-me sido reconhecido também por vários autarcas, e portanto, só posso achar que corresponde naturalmente à realidade. -----

--- Em suma, há uma obra em curso, aliás de resto como outras que têm sido amplamente faladas e discutidas nesta Assembleia Intermunicipal, ao longo dos últimos anos, que, não é estar a fazer loas ao Governo, mas objetivamente, hoje conhecem uma realidade efetiva, quer dizer, estão os passos a ser dados, podia falar também do Centro Hospital Tondela-Viseu, tantas vezes aqui é referido e termino assim.” -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Maria Matos**, cuja intervenção se transcreve: “Queria deixar aqui uma pequena nota, eu sou de Santa Comba Dão, tenho as minhas razões para pensar que antes de 2030, não há IP3, e perante todas as promessas que têm sido feitas e os bifos em que tem sido cortado o elefante, nós é que temos de engolir o elefante. Em junho passado, junho de este ano, recebi um telefonema do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, agora União de Freguesias Santa Comba Dão e Couto de Mosteiro, a dizer que estava lá um senhor, técnico, e que me pedia para eu o atender, para fazer uns furos e umas coisas, numas terras que tenho, junto à ponte do Rio Dão, portanto, em Santa Comba Dão. Eu disse-lhe, mande o homem cá falar comigo. O senhor chegou lá e perguntei-lhe se era de algum instituto público, do estado, ao que me respondeu que era de uma empresa que está a fazer um estudo para o IP3. Perguntei-lhe que furos queria fazer, ao que me respondeu que precisava de fazer uns furos profundos e como a terra é minha precisava de pedir autorização. Mostrou-me um mapa grande, já com vários proprietários identificados, faltava eu e mais dois ou três, e disse que era para fazer um estudo geológico. Em junho passado estava a ser feito o estudo geológico da zona da ponte de Santa Comba Dão, não brinquem connosco, isto é um bife de osso, não é da pá nem do lombo, da alcatra, é osso. Quer dizer eu ouvi o homem dizer-me aquilo e disse-lhe pode fazer os furos que entender, faça tudo que entender, da minha parte tem toda a disponibilidade, esburaque aí tudo que quiser, mas façam isso rápido. Perguntei ainda para quando era isso, ao que me respondeu que não sabia que aquilo era só um estudo, um estudo geológico, que depois se veria o resto. -----

--- Eu já tinha feito várias intervenções na Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, que publiquei nos jornais e no Facebook, nas redes sociais, a dizer exatamente aquilo que disse, antes de 2030 não acredito que haja nada porque andam a brincar nitidamente connosco, nitidamente andam a brincar com esta zona desfavorecida do interior. Mas disse mais ao senhor, diga lá aos seus patrões, para que eles digam ao Estado, que quando houver eleições, normalmente costumam montar uma tenda, garrafas de champanhe, uns projetos, não tem problema, se o quiserem fazer aqui, aquilo é em socalcos, um destes socalcos tem cerca de dois mil metros quadrados, eu disponibilizo-o de borla para o Governo cá pôr uma tenda para fazer o que quiser, que é para fazer mais um anúncio, para se baterem mais umas palmas, beberem mais uns copos de champanhe, portanto tudo bem, porque isso pode ser feito já se calhar nas próximas eleições e eu disponibilizo-me para cooperar com o país, através do Governo e disponibilizo o terreno. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Façam uns furos e façam o champanhe e eu cá fico à espera do IP3, que é um degredo para nós, que temos de utilizar esta estrada, praticamente todos os dias. Portanto, era só para deixar esta nota pessoal, em junho passado, o Senhor Presidente da Junta telefona-me a dizer que está um técnico para fazer buracos para um estudo geológico.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigada Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, Senhor Presidente do Conselho Executivo. Decorreu neste fim de semana o Congresso da Associação Nacional de Municípios e das intervenções de Sua Ex.^a o Presidente da República, e de Sua Ex.^a o primeiro-ministro, decorre algo de fundamental que nos deve motivar a todos. Estamos a preparar-nos para dar um salto na possibilidade de incrementar a descentralização administrativa, no seu ponto mais supremo, que são a criação das regiões. E porque é que eu falo neste ponto da regionalização após esta intervenção do Senhor Presidente do Conselho Executivo, porque infelizmente, independentemente da cor partidária de qualquer membro desta Assembleia, eu estou convicto que a maioria dos nossos problemas não serão resolvidos nunca por nenhum governo do Partido Socialista, e eu sou do Partido Socialista, nem nunca por nenhum governo do Partido Social Democrata. Serão resolvidos quando nós conseguirmos institucionalizar as regiões administrativas, ou darmos poder, realmente efetivo, meios humanos, meios financeiros às Comunidades Intermunicipais, porque o grande problema da execução do IP3, do IC12, do Hospital de São Teotónio, do que quer que seja, em qualquer região, que ultrapasse a circular regional exterior de Lisboa, é o centralismo endémico, que desde que o Marquês de Pombal foi destituído por D. Maria I, se instalou neste país. Porque, se recordarmos, foi exatamente durante o Consulado de Sebastião José Carvalho e Melo, que os grandes investimentos que revolucionaram o país, foram realmente decisivos, porque há ali um vórtice, há um vórtice naquela região que tudo agrega e que tudo esquece. -----

--- A Região Centro e Norte do país, são as únicas regiões do país que têm cobertura das exportações face às importações, ou seja, a Região Norte e Centro, onde nós nos integramos, têm 125% das suas exportações que cobrem as importações. A região de Lisboa tem 250% de importações que não são cobertas pelas exportações. Significa que todo o motor económico, e nós até somos uma região relativamente desfavorecida, é consumida no centralismo democrático. Eu tenho pena de dizer isto, estou em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, tenho muito gosto, acho Lisboa uma cidade lindíssima, mas há um problema gravíssimo de centralismo, que obstaculizará, dará para sempre o nosso desenvolvimento. Nós não temos aqui que nos redimir das responsabilidades, há responsabilidades do PS, do PSD, a Via dos Duques

Assembleia Intermunicipal

era um traço no mapa, fiz muitos projetos, sei muito bem como é que se começa um projeto, o primeiro fase do projeto é a ilusão de quem queremos oferecer o projeto, ficar satisfeito com algo, depois o Partido Socialista tentou fazer o que está a fazer, vai fazer um processo que eu não julgo que seja suficiente para a nossa região, no que diz respeito à parte que Mangualde representa, que é o IC12. A primeira parte do IC12 foi concluída em 1995, a segunda ligação a Santa Comba Dão em 1999, estamos em 2021, é uma frustração desta Assembleia porque todos nós, direta ou indiretamente, temos responsabilidades por isto não estar concluído. O que eu espero é que os meus filhos, se quiserem continuar a viver na nossa região, a desenvolver a sua atividade económica, a desenvolver a indústria exportadora que o avô criou e que o pai continuou, não tenham este tipo de obstáculos, e esse tipo de obstáculos vem da nossa vontade de realmente preconizarmos uma mudança radical, porque já não há outro tipo de mudança que possa ser possível para salvarmos a nossa região. -----

--- Temos um índice de desenvolvimento, de envelhecimento que é 40% acima de outros, dos mais competitivos. Dando os parabéns ao Secretário Executivo da CIM, uma das primeiras intervenções que eu tive numa Assembleia da CIM, foi em Aguiar da Beira, ele certamente lembrar-se-á, em que eu falei que era preciso métricas para compararmos com as CIM's nas quais devemos querer ser competidores. Nós devemos competir com a Região de Leiria, com a Região de Aveiro, com a Região de Coimbra, as CIM's do Litoral mais envolvidas connosco. Não devemos estar preocupados em deixar-nos apanhar pelo catastrofismo do subdesenvolvimento de outras, que já estão quase irremediavelmente perdidas pela sua crise demográfica e é nestes momentos em que nós temos de reafirmar esta dificuldade que temos de trazer os grandes projetos para a nossa região, que obstaculizarão o nosso maior problema. -----

--- O nosso maior problema não é a crise climática, o nosso maior problema não é a crise da transição do digital, o nosso maior problema é a crise demográfica. Uma CIM que passa de 267 mil habitantes, para 252 mil habitantes em 10 anos tem de ter uma voz forte, coerente, dura com os diretórios partidários quando se fala nestes grandes investimentos. A minha empresa exporta 37% do que faz, já exportou só 12%, 13%, não preciso do IC12, para sul está bem servida pela A25, mas os meus clientes que estão no concelho de Nelas, Carregal do Sal, Santa Comba Dão, precisam do IC12. -----

--- E eu pergunto, uma obra de 30 ou 40 milhões de euros, se fosse executada na Amadora, em Odivelas, em Loures, em Ermesinde, em Valongo ou em Gaia, teria esta obstaculização ao longo de 30 anos? Para uma ponte que se vai fazer da estação da linha do metro do Porto para Gaia, fez-se um concurso público internacional de arquitetura, para se fazer uma obra de arte

Assembleia Intermunicipal

lindíssima, acho muito bem, acho que se deve fazer isso, mas não se deve esquecer que faltam dezasseis quilómetros para acabar o iC12. Uma estrada nacional 234, que deve ser a estrada nacional no interior onde mais camiões passam, no concelho de Mangualde há dois mil camiões, somos a cidade da Europa com mais camiões per capita, muitos deles dirigem-se a sul, outros vêm de sul para norte, nesta faixa que se chama a corda do Dão, estão sete ou oito das maiores exportadoras desta CIM, usam estradas, o betão só não faz falta aos que já lá o têm, o betão só não cria coesão social, aos que já a têm em demasia. -----

--- Este betão faz cá falta, podemos até fazê-lo com agregados ecológicos, atualmente, se incomoda haver este betão, mas este problema nunca se resolverá enquanto nós continuarmos com as quezílias, se é Via dos Duques, se é duplicação, temos de ter uma voz una e continua, como fizemos nas várias moções que aqui aprovámos, e agora temos eleições em dia 30 de janeiro, os nossos diretórios partidários têm de fazer sentir este desagrado da CIM Viseu Dão Lafões.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Eu tinha de vir novamente aqui ao púlpito porque não gosto de deixar passar em claro, principalmente circunstâncias que me põem a mim em causa. -----

--- Eu não venho aqui fazer intervenções contra o Governo, não é o meu objetivo, não é esse o meu propósito, como se as intervenções que se fazem aqui contra o Governo não sejam intervenções de defesa de interesses da terra, são. -----

--- E todas as intervenções que o PSD vem fazer aqui sempre, é sempre de defesa dos interesses da nossa comunidade, dos nossos territórios, e se o Governo não cumpre, o Governo vai ser sempre aqui chamado à atenção e vai ser penalizado por isso. Se as pessoas querem defender os interesses. -----

--- Nós sabemos que é assim que fazem sempre, o Partido Socialista não tem dificuldade em tomar posição, porque defendem sempre o Governo, é assim em todo o lado, toda a vida e por isso não aceito que digam aqui inverdades. -----

--- Eu acho que poderemos estar todos de acordo que, se calhar, o Governo de Pedro Passos Coelho tarde lançou os procedimentos para um concurso de um estudo prévio, onde onze empresas levantaram o caderno de encargos. O problema é que os senhores estão esquecidos do que é que o Governo de Pedro Passos Coelho foi fazer, esqueceram-se da troika, a memória é seletiva, é isso, esqueceram-se do estado em que deixaram o país, que o investimento foi zero, ao longo dos últimos seis anos, o que fizeram os senhores, o Governo do Partido Socialista durante os quatro anos que tiveram no Governo com a geringonça. Zero de investimento público

Assembleia Intermunicipal

na região, zero, nem um cêntimo, isto tem de ser dito, e os senhores não gostam de ouvir, mas é a realidade, o custo da geringonça e de um Governo que foi constituído invertendo tudo aquilo que era a norma e o entendimento parlamentar, o que é que sucedeu, o fim do investimento público, para poder agradar ao Bloco e ao Partido Comunista. -----

--- Foi o que aconteceu. Agora nós não podemos é dizer que aconteceu não foi mau, foi mau para a nossa região, cancelou investimentos que antes eram fundamentais e infraestruturas e não é só aqui, podemos cá trazer também o Hospital de São Teotónio, o Centro Hospitalar, não temos nenhum problema. Os investimentos estavam todos definidos no Plano para o Território, inclusive já estava para ser adjudicado em 2016, foi adjudicada, a obra de ampliação do serviço de urgência. -----

--- Porque é que não houve a aceitação da despesa plurianual? Porquê? Porque é que se teve de repetir o concurso e agora andam todos contentes a dizer que estão a fazer a obra no serviço de urgência que ficou atrasada já quatro anos, que já podia estar desde 2019 ou 2018 ao serviço dos viseenses. -----

--- Estamos contentes com isso, não estamos contentes e se calhar teria sido importante ter um novo serviço de urgência para responder à pandemia. A pandemia apareceu, dá para desculpar tudo, dá para desculpar tudo, mas antes da pandemia houve um Governo e este Governo penalizou-nos, e nós aqui não vamos deixar passar isto em claro, seja qual seja o Governo, por isso nós sabemos bem o que é que estamos aqui a fazer. E se o IC12 não está a ser feito, se foi abandonado, nós vamos continuar a reivindicar o IC12, com a mesma veemência, com qualquer Governo. -----

--- Agora não venham para aqui a tentar colocar isto num patamar, temos de nos entender todos, que somos todos amigos, mas é que somos mesmo, mas temos de estar todos do mesmo lado, que é a defesa dos interesses da região, independentemente de quem está no Governo e, se assim for, estaremos todos em sintonia, se assim não for, vamos continuar aqui na mesma com estas divergências. -----

--- Eu não tenho nenhum prazer particular, nem ninguém teria nenhum prazer particular, de vir para aqui permanentemente chamar à atenção daquilo que não está a ser feito ou daquilo que é mal feito, eu não posso deixar de defender os interesses dos municípios da região, eu não defendi os do PSD, defendi todos em relação ao combate à pandemia. É verdade que estão a ser sufocados com despesas que não deviam ter, é verdade que não é da competência dos municípios, podem ajudar em muita coisa, mas trata-se de um combate do SNS, esta é que é a verdade, e quem tem de gerir o Serviço Nacional de Saúde é o Governo, não são as Autarquias.

Assembleia Intermunicipal

--- E nessa condição o Governo deve financiar as Autarquias, porque o dinheiro que vier para as Autarquias fica no nosso território, é investimento que não é feito por parte das Autarquias, é nessa base que nós devemos fazer a defesa dos interesses da região, não é estar aqui a atacar o Governo só porque é do Partido Socialista, embora este seja, se é do Partido Socialista, azar, não faz bem, eu também já sabia que não iria fazer grande coisa e eu espero bem que estas circunstâncias, em que nos encontramos de campanha eleitoral, as pessoas se recordem bem do que foram estes seis anos de gestão do Partido Socialista em relação ao Governo, e cada vez que há eleições há sempre uma ideia que é agora, é desta, já vai, e agora já abrimos um concurso para isto e para aqueloutro, nós já assistimos a tudo, a vergonhosas inaugurações com descerramento de placa, por isso, na Via dos Duques não foi isso e os senhores sabem disso, porque o concurso foi lançado para o estudo prévio e foi cancelado imediatamente, porque estava escrito no acordo que fizeram com a geringonça, não há concessões na área dos transportes, por isso é que a Via dos Duques foi cancelada, há que assumir isto com naturalidade, foi a opção do Partido Socialista juntar-se ao Bloco de Esquerda e ao PCP e acabar com aquela concessão rodoviária. -----

--- É isto, mas dizer isto e assumi-lo com total transparência e verdade, senão vamos continuar com esta dialética de confronto. Não interessa a ninguém, não leva a lado nenhum, mas também nós, não é uma questão de memória seletiva, é uma questão de defender a nossa honra, os nossos princípios e os nossos valores.” -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: “Boa tarde Senhora Presidente, respetiva Mesa, cumprimento o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, respetivos membros da Mesa, e uma saudação muito especial ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, que tão bem nos recebe aqui neste município. Naturalmente também não podia deixar de felicitar o recém-eleito, mais uma vez eleito, Senhor Secretário Executivo desta Comunidade, que já nos habituou muito à sua presença ao longo dos anos, e que naturalmente irá continuar a dar o seu melhor em prol desta região, que tão bem precisa que nos juntemos todos para que as pessoas que estão, os munícipes, as empresas, cada vez mais queiram estar no interior do país, porque realmente o interior do país tem muito para dar e nós queremos que assim seja visto a nível também do restante país. Também um cumprimento a todos os presentes -----

--- Muito brevemente, hoje já foi aqui dito que na altura das eleições é normal, é hábito abrir-se champanhe e fazerem-se anúncios. Naturalmente, se fizermos uma análise mais exaustiva somos capazes de perceber que é verdade, só que há aqui uma diferença, enquanto uns partidos

Assembleia Intermunicipal

políticos abrem o champanhe, fazem os anúncios e ficam-se por isso, por aí, há outros que não, há outros que podem abrir o champanhe, podem descerrar placas, mas depois a obra acontece. Naturalmente que não acontece dentro daquele prazo, dentro daquele período que nós gostaríamos, aliás nós estamos presentes, isto é uma Comunidade Intermunicipal, onde estão aqui presentes autarcas, e nada melhor do que eles próprios constatarem estes factos. -----

--- Quantas vezes anunciam no seu próprio concelho determinadas obras e depois essas obras são executadas mais tarde. É evidente que, é o que é, não é para esquecer Senhor Deputado, é apenas para lhe dizer que foi o Partido Socialista que deu resposta à região no IP3.-----

--- O Senhor sabe quanto é que ficava se nós tivéssemos autoestrada, quanto é que ficava a portagem Viseu – Coimbra, dez euros, e agora pergunto qual dos cidadãos que faça diariamente esta viagem, Viseu – Coimbra podia dar do seu bolso dez euros para pagar uma portagem. -----

--- Depois dizer-lhe que esta resposta foi a resposta encontrada por todos, aplaudida por todos e que não parece assim tão mal, é evidente que o PSD quer aquelas coisas que depois nunca concretiza. O PSD não concretizou e esta obra, o IP3, já é uma obra ansiada há anos, mas o certo é que foi o Partido Socialista, quer gostem, quer não gostem, quer queira, quer não queira, foi o Partido Socialista que executou, é o Partido Socialista que dá resposta, com algum tempo de demora, é um facto, mas é o Partido Socialista, assim como também uma outra resposta, eu sei que não vos agrada, é o Centro Ambulatório de Radioterapia, claro, naturalmente que não, gostaria de ser o PSD a dizer fomos nós, nós somos os pais da criança, mas afinal de contas, não são os pais da criança porque quem está a dar resposta é o Partido Socialista. E essa obra, e nós sabemos que até enfim, eu não queria ofender, mas lembrar que até o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal também não acreditava nestas obras e o certo é que esta obra está a ser concretizada, aliás foi aberto uma call até ao dia 20 de fevereiro, no valor de catorze milhões de euros que vai permitir que o Centro Hospitalar Tondela – Viseu consiga dar a resposta que meio milhão de pessoas ambiciona. É precisamente a resposta da Radioterapia.-----

--- É um facto, vai ser uma realidade, com algum atraso, é verdade, não podemos esquecer isso, é verdade, mas vamos ter a resposta. E é o Partido Socialista, aqueles que são os pais do SNS, que recordo quando o SNS foi votado na altura na Assembleia da República, o PSD votou contra, porque era contra o SNS, é bom que nós também tenhamos memória, e, portanto, é o Estado, é o Governo do Partido Socialista que vai dar resposta a uma necessidade que há muito nós ansiávamos. Entretanto também gostaria aqui, Senhora Presidente, peço só mesmo mais um minuto, porque a resposta que o PSD tem para justificar a inação que teve, para justificar que mandou emigrar muitos jovens, é lembrar o Sócrates e lembrar a bancarrota, só que se



Assembleia Intermunicipal

esquecem de dizer que na altura do Passos Coelho, que foi uma altura para todos nós, que todos nós nos lembramos, os tempos miseráveis que nós vivemos, na altura que o Pedro Passos Coelho foi governo, e não venha com a justificação que foi a troika, não venham com a justificação que o governo socialista não investiu, não, o governo socialista investiu, o governo socialista criou mais de 350 mil postos de trabalho, o governo socialista repôs o subsídio de Natal e o subsídio de férias aos portugueses, o governo socialista aumentou o investimento público, o governo socialista aumentou os escalões do abono de família e podia elencar aqui um conjunto de respostas e medidas que o governo socialista deu aos portugueses, portanto, vir-se aqui dizer que não se fez porque foi a troika, não se fez porque Sócrates foi o responsável, meus senhores sejamos também um bocadinho honestos, na política não vale tudo, sejamos intelectualmente honestos, é evidente que todos nós gostaríamos de ser o pai da criança, mas quando não somos o pai da criança, dizermos, sim senhor, aquele é o pai da criança e nós estamos contentes, porque temos IP3, porque temos radioterapia, porque temos as pessoas com mais dinheiro, porque temos emprego e isso significa que é bom para todos, é bom para a região e temos todos de continuar a lutar, a questão do IC12 tem de nos mobilizar a todos, deve mobilizar esta Comunidade Intermunicipal para que realmente seja uma realidade.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Giroto**, cuja intervenção se transcreve: “Eu estou aqui pela primeira vez e eu queria perguntar se estamos na Assembleia Intermunicipal ou se estamos na Assembleia da República. Se é para isto não vale a pena nós reunirmos “-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Uma coisa muito rápida, porque é a velha história de querer acusar o PSD do que quer que seja, eu não vim aqui acusar ninguém, eu vim aqui simplesmente, na minha primeira intervenção, responder e fazer perguntas ao Senhor Presidente em função das informações do Presidente, depois fazem provocações às intervenções que eu faço aqui. Não compreendo a razão, se incomoda não percebo porquê. -----

--- Depois vêm para aqui fazer ataques ao Partido Social Democrata. E relativamente a estas questões de ser pai, de ser mãe das coisas, ninguém tem interesse em ser pai, ser mãe de coisíssima nenhuma, a gente tem interesse que as coisas se resolvam e as coisas são factuais e nós limitamo-nos aos factos e a pouco mais do que isto, e falar verdade às pessoas, porque na verdade durante quatro anos que estiveram no governo fizeram zero de investimento público, fez mais o governo do PSD, de Passos Coelho naquela ponte que foi feita de 10 milhões de euros, as pessoas devem é estar esquecidas, do que fez o Governo do Partido Socialista durante aqueles quatro anos em investimento em infraestruturas rodoviárias na região, e quanto à Via

dos Duques, recordar que nós tínhamos, a proposta era de ter uma autoestrada, e fique lá com as portagens, porque vai na autoestrada quem quer, e tinha uma alternativa não portajada que é o IP3 ser requalificado no valor de 80 milhões de euros. -----

--- É preciso dizer que as coisas eram feitas em simultâneo, este era o custo para o Orçamento de Estado e os visienses passavam a ter uma alternativa não portajada, não como os senhores fizeram com a A25, com as scut's, em que não há alternativa não portajada, diziam que havia, era uma autoestrada sem custos para o utilizador, e agora toda a gente que lá anda tem de pagar as portagens e não tem nenhuma estrada alternativa de qualidade, porque os senhores assim que puderam portajaram as scut's, vendendo a todos que ninguém iria ter encargos para futuro, mas toda a gente paga agora, e de quem é que é a responsabilidade, do Partido Socialista. ----

--- Quanto ao Centro Oncológico, vamos também ser verdadeiros, quem tomou a decisão política, e esta é que é a decisão, política, de construir um Centro Oncológico, sediar uma Unidade de Radioterapia, no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, andou para ser tomada a decisão desde 2004, ficaram definidas duas localizações, Viseu e Cova da Beira, passou-se de 2005 até 2009 num governo socialista, zero de decisão. -----

--- O governo de Pedro Passos Coelho decidiu localizar, em 2015, e a resposta foi dada ao deputado do Partido Socialista, o deputado José Junqueiro, que perguntou ao Ministro da Saúde onde é que iria ser a localização da próxima Unidade de Radioterapia e ficou dito em 2015, no Pacto para o Território para a Região Centro, ficou claro em 2015, ficou claro fazer-se um Centro Oncológico em Viseu, tínhamos era um caminho diferente, igual ao que existe em Évora, e que tal como as concessões rodoviárias não foram permitidas, as parcerias público-privadas na área da saúde também não foram permitidas. Se tivessem sido permitidas, nós em 2017, tínhamos um Centro Oncológico a funcionar em Viseu. -----

--- Esta é que é a verdade e nós não podemos é fingir que as pessoas não fizeram o seu trabalho de casa. Isto não me parece sério. Quanto ao aviso que foi lançado, e agora para terminar, para o Portugal 2020, do Centro Oncológico, vamos ser todos sérios, não há nenhum compromisso financeiro. -----

--- Eu gostaria de saber com que base é que se vai pagar a comparticipação nacional. Há zero de despesa consignada para os próximos anos do Orçamento de Estado para este equipamento de saúde. O que existe sim é uma candidatura que vai ser feita através do 2020, vai ser analisada e certamente que vai ser candidatada em breve, totalmente incompleta, sem as peças todas. ----

--- Fazendo a candidatura, estamos a ganhar tempo, porque só vai ser executada no Portugal 2030 e esta é que é a verdade. E temos de dizer isto e assumi-lo de forma séria e se assim é, é

Assembleia Intermunicipal

bem-vindo, nós queremos que isso aconteça. Vem com atraso, vem com muito atraso. Que é a maior prioridade para a Região Centro, é. Foi dos autarcas, foi dos deputados, de toda a gente. Há consenso. Não é uma questão de paternidade. -----

--- É, faça-se, mas não se ande aqui a enganar as pessoas cada vez que, de facto, acontece alguma coisa, parece que já está feito, e vai fazer quinze vezes. Não é verdade, adiou-se desde 2015, já devia estar concluído, e agora de forma envergonhada estão a fazer as coisas, lançam um concurso com um aviso, um convite ao Centro Hospitalar, como se obra fosse começar amanhã. A obra não começa antes de 2024. -----

--- Temos de meter isto na cabeça. Mas se formos sérios e não andar aqui a enganar os visienses. E é esta a forma de trabalhar com a qual eu não corroboro. Subscrevo tudo o que vier para Viseu, e se vier é bem-vindo. -----

--- O IP3 duplicado, muito bem, pena é, é que só venha para 2030. Digo isto desde 2016. Está em todas as Assembleias e por isso enganar as pessoas, não, falar a verdade, isto sim. Esta questão de ser intelectualmente honesto, é isto, saber dizer a verdade." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: "Gostaria de dizer duas ou três coisas. Em relação à pergunta que o Deputado Pedro Alves colocou, se já se sabe o valor do investimento, nós não sabemos. -----

--- Sobre aquilo que o Deputado João Paulo aqui trouxe, nomeadamente que havia, se já havia alguma coisa já na Via dos Duques, se havia só um papel, eu também vi em Mortágua uma placa a anunciar o lançamento da primeira pedra da autoestrada entre Viseu e Coimbra, e portanto, foi isso que me levou a dizer que este tipo de resposta são humilhantes para nós e podem contar com a voz deste Presidente deste Conselho Intermunicipal para apontar o dedo seja a quem for, eu não autorizo, não permito sequer, que este tipo de comportamento nos seja imputado, nos seja referido. -----

--- Os visienses, e os visienses desta Comunidade merecem mais, merecem respeito, e, portanto, eu caracterizei este tipo de comportamento de humilhante porque nós não ficamos servidos com uma ligação, que ainda por cima, eu ouvi referir há pouco que uma das razões foi não haver portagem, pois uma das situações que se aponta para este IP3 na zona de Penacova, é que haja um túnel portajado, não sei, portanto, qual é problema de haver portagem. -----

--- Haja portagem, haja estrada alternativa, nós escolhemos. Isso sim, é que é correto. E, portanto, eu gostaria de dizer, já agora uma outra coisa. -----

--- A Deputada Lúcia Silva referiu o meu nome, que eu também não acreditava, Senhora Deputada, eu queria lhe dizer uma coisa com toda a sinceridade, há uma coisa em que eu não

Assembleia Intermunicipal



alinho, agora anda muito em moda a tática do Pingo Doce, que é aquele “Quem trouxe, quem trouxe”, eu não alinho nisso, é quem faz, não é quem trouxe, está bem, e, portanto, eu não alinho nisso.-----

--- Vamos saber e vamos dar o justo valor a quem fizer.-----

-- Já agora, eu compreendo todas, e quero assinar por baixo, aquilo que o Deputado João Henriques veio aqui dizer, de facto nós, mas não foi assim em tudo, eu concordo, a caracterização que fez tem o meu acordo, agora não devemos é dizer que só temos isto quando houver regionalização.-----

--- Não foi preciso haver regionalização para se decidir tudo para o metro de Lisboa e do Porto, não foi preciso regionalização, e, portanto, eu sou favorável à regionalização, já devia ter vindo há mais tempo, mas que até lá não se atire tudo depois para a regionalização.-----

--- E por último gostaria de dizer uma outra coisa, os troços, o Deputado João Paulo disse que havia três troços, já devíamos ficar contentes, e que tem o acordo, não tem o acordo. Eu lembrava que nós ainda não estamos esclarecidos sobre aquilo que depois o Dr. Oliveira Matos trouxe aqui que é os estudos na Ponte do Dão.-----

--- Não estamos convencidos, eu tenho muito respeito naturalmente por todos os colegas, por todos os seus territórios, fomos eleitos para os defender, mas eu ainda não percebi como é que é aquela declaração de impacto ambiental para a existência das Termas de Santa Comba Dão, e, portanto, nós que somos talvez a CIM do País com mais termas e devemos preservá-las, têm de explicar porque é que num percurso tão longo vai colidir com as Termas de Santa Comba Dão.-----

--- Eu acho e eu dizia isso aos representantes das Infraestruturas de Portugal, não foi seguramente nenhum técnico do meu concelho e sobretudo da zona de Rio de Loba, que fez aquela declaração de impacto ambiental, porque se lá tivessem morrido 14 pessoas, ninguém voltava a apontar o troço da IP3 outra vez pela ponte de Santa Comba. Não é possível.-----

--- Portanto nós queremos perceber como é que foi feita a declaração de impacto ambiental para evitar que o troço passe por Treixedo. Temos de perceber isto, temos todo o direito de perceber isso. Eu não engulo a primeira coisa que me deem, e, portanto, o que é que querem fazer. É que depois na descida do Vimieiro, pôr lá a disparar os 70 e os flashes e não sei quê, é a segunda bossa do camelo.-----

--- Não, façam uma coisa como deve ser. Se é para fazer um remendo já com a IP3, então façam uma coisa como deve ser. Eu não estou nada de acordo com a variante pela atual ponte, ainda que façam duas e façam os estudos geológicos que quiserem, não estou nada de acordo com a

Assembleia Intermunicipal

variante passar pela atual ponte de Santa Comba. A não ser que nos justifiquem plenamente que estamos a acabar com umas termas, que eu confesso conhecia mal, não me lembro de muita gente que vá para as Termas de Santa Comba Dão, mas damos de barato que haja lá termas, mas acho que num amplo corredor era possível justificar, digamos a passagem do IP3 sem colidir com os interesses das termas. Portanto havemos também de querer esclarecida essa questão”.

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “Trazemos aqui à Assembleia a 2ª proposta da Revisão Orçamental da Comunidade Intermunicipal, fundamentalmente deriva esta proposta de revisão orçamental que está claramente detalhada nos documentos que foram remetidos aos senhores da necessidade de termos de fazer uma reprogramação física e financeira a muitos dos projetos e, também, das grandes Opções do Plano da Comunidade Intermunicipal. Como é do conhecimento dos senhores deputados a CIM trabalha muito na lógica dos projetos cofinanciados e a principal fonte de financiamento deriva dos fundos comunitários. Assim, houve necessidade de fazer reprogramação física e financeira a muitos projetos por força, também do COVID e da pandemia, nomeadamente a obra da Ecopista do Vouga, a questão, também, dos Produtos Turísticos Integrados de base intermunicipal, que muitos dos eventos tiveram de ser cancelados e passar para o próximo ano e, ainda, tivemos muitos projetos que estavam subdotados em orçamento ordinário em que a aprovação desses projetos, por parte dos programas operacionais, só ocorreu mais perto do final do ano e de facto só agora é que lançamos os procedimentos concursais, muitos deles públicos, e que se vão executar no próximo ano. Neste sentido, esta revisão orçamental, que trazemos hoje aqui a aprovação dos senhores deputados e desta Assembleia tem objetivamente a ver com isto, com a necessidade de fazer uma reprogramação física, financeira e temporal a muitos destes projetos que estão cofinanciados em sede de fundos comunitários”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Deputados Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Ana Carla de Figueiredo Luzio e Gonçalo Rui Martins Magalhães. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Augusto Duarte**, que fez uma declaração de voto, cuja intervenção se transcreve: “É a primeira vez, enquanto jovem de 23 anos, que me vou dirigir

Assembleia Intermunicipal

a um órgão desta envergadura, e no qual sinto bastante orgulho em ser membro, mas tenho muita pena de me estar a dirigir a este órgão nestas circunstâncias, uma vez que queria intervir para o bem da minha região, para falar sobre a minha região, para propor sobre a minha região, e sou forçado a intervir numa declaração de voto, numa abstenção, uma vez que, e com muito regozijo recebi a convocatória para esta Assembleia, sabendo que iria ser em Nelas, analisando a ordem de trabalhos e os documentos enviados, reparo que todas as minutas com exceção de uma, em sete pontos da ordem de trabalhos, seis deles foi subtraído a representação dos eleitores do concelho de Nelas porque a Câmara Municipal de Nelas não teve representante no Conselho Intermunicipal para aprovar, tanto no dia sete de dezembro, como no dia vinte e nove de novembro, e como tal eu não poderia estar mais envergonhado de estar perante vós, tanta gente, tantos concelhos da nossa região, em Nelas, a trezentos metros da minha casa, de entre todos os meus amigos, todos os meus familiares, as pessoas que represento, os jovens do nosso concelho e ter em Nelas uma reunião desta envergadura onde sete dos pontos da ordem de trabalhos, seis deles não estão legitimados pela Câmara Municipal de Nelas, em sede de Conselho Intermunicipal.”-----

-- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2022, de acordo com a Informação de Serviço n.º 995/2021, de 18 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “Trazemos aqui uma proposta de Mapa de Pessoal, para o próximo exercício económico. Dar aqui uma explicação muito rápida relativamente à natureza dos números, porque os números e os postos de trabalho a prover, numa primeira leitura pode parecer que a Comunidade Intermunicipal vai criar quase o dobro dos postos de trabalho que tem atualmente na CIM, mas não é assim, portanto, estão propostos cerca de 27 postos de trabalho que resultam de alterações do Mapa de Pessoal do que já existe, por exemplo, há um opção do Conselho Intermunicipal e da Comunidade Intermunicipal em que uma das brigadas de sapadores florestais, passe para contrato a termo indeterminado. Estão também previstos oito postos de trabalho de sapadores florestais que tem claramente identificado no Mapa de pessoal, que são postos de trabalho que poderiam entrar ou este ano ou no próximo exercício, porque estava a decorrer um procedimento concursal. Mas dar nota à Assembleia que esses postos de trabalho já vão entrar agora no mês de dezembro. -----

Assembleia Intermunicipal

--- E, portanto, relativamente à proposta do Mapa de Pessoal e dos postos de trabalho a prover é exatamente o mesmo Mapa de Pessoal que a Comunidade Intermunicipal tinha aprovado para o ano de 2021 e que irá manter esses postos de trabalho a prover também no ano de 2022, fruto também de muitos procedimentos concursais que neste momento estão a decorrer na CIM, nomeadamente para áreas estratégicas e necessárias, que necessitam de capacitação e reforço de recursos humanos, nomeadamente a Unidade de Controlo e Gestão de Contratualização dos Fundos Comunitários, porque vamos entrar num processo muito exigente, agora, não só de encerramento de um Quadro Comunitário, o que está subjacente um conjunto de verificações físicas e documentais de encerramento de projetos e operações e, também, associado a isso cerca de duzentas candidaturas de empresas, que a Comunidade Intermunicipal agora aprovou no Programa de Apoio à Produção Nacional, e que há necessidade, também, do encerramento do SI2E, do anterior Programa das Empresas e este novo, e por outro lado, também o novo Quadro Financeiro Plurianual. Há também uma área muito importante, e que hoje também ocupa grande parte da equipa da Comunidade Intermunicipal, que é a área da Mobilidade e dos Transportes, em que temos de facto necessidade de capacitar e também de reforçar esta equipa, tendo em conta a exigência do trabalho técnico, porque a CIM hoje é Autoridade de Transportes na região e gere toda a rede de transportes, nomeadamente o transporte escolar, carreiras municipais, carreiras intermunicipais e inter-regionais. Na área dos transportes só não gerimos as carreiras expresso.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Deputados Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva e Ana Carla de Figueiredo Luzio. -----

--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2022, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Nós temos um orçamento de aproximadamente vinte milhões de euros, ele diz respeito e muito à área da Mobilidade e dos Transportes, que vai para o ano de 2022 ter um grande destaque nas contas intermunicipais. -----

--- Prevê-se que haja um alargamento do projeto piloto de Transporte Flexível “Ir e Vir” a todo território e também o lançamento do concurso público internacional para a concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros. -----

Assembleia Intermunicipal

--- O orçamento para o ano de 2022 tem ainda um investimento superior a dois milhões para a concretização do Sistema de Informação Cadastral Simplificado em todos os municípios. -----

--- Gostaria também de fazer alusão ao domínio do turismo e da cultura nesta região, onde se irá desenvolver e dar ênfase aos Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal, nomeadamente levar a todo o território uma programação cultural em rede, um conjunto de espetáculos e criações culturais que irão percorrer, na nossa perspetiva, os catorze municípios.

--- Tem também um destaque à Ecopista do Vouga, e eu lembrarei que depois da Ecopista do Vouga concluída, ficaremos numa situação privilegiada, já que temos a Ecopista do Dão concluída e que poderemos depois usar a Ecopista do Mondego que também está numa fase de construção. -----

--- O orçamento privilegia também a Proteção Civil Intermunicipal e a Defesa da Floresta e também dizer que há vários domínios de intervenção, como é o caso da Educação e a Qualificação do Turismo e da Cultura e naturalmente da Coesão Social, do Emprego e do Empreendedorismo, e também, como eu disse, o foco na Mobilidade. E, portanto, ficar, pensamos nós, marcado este próximo ano de 2022 pela necessidade de acompanhar muito perto a negociação do Pacto para o Desenvolvimento da Coesão Territorial do nosso espaço.” -

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: “Dizer que, em nome da bancada do Partido Social Democrata nos revemos neste Plano de Atividades e Orçamento da CIM e que esperamos que seja concretizado no próximo ano de 2022. -----

--- Agora, aqui uma nota também mais política e pessoal, também me revejo na nova postura do Senhor, também recém-eleito, Presidente da CIM, muito mais política, muito mais assertiva, muito menos passiva e muito menos compassiva do que as anteriores lideranças deste Conselho Intermunicipal. Muito obrigado.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Eu não venho aqui propriamente para fazer uma grande intervenção, queria lembrar-vos, já me ouviram dizer e ficou aqui bem evidente que isto não é bem uma Assembleia Intermunicipal, é um órgão de retificação, porque aquilo que se tornou aqui evidente é que a grande discussão é uma discussão de política geral, feita no período antes da Ordem do Dia e os outros pontos passam ao lado, estamos aqui para retificar uma proposta. Não estou a pô-las em dúvida. Eu quero dizer que em relação a esta proposta de orçamento tenho plena confiança no que cá está, conheço mais ao menos algumas coisas, na capacidade técnica do Secretariado Executivo e do pessoal e acredito, obviamente, também que os Presidentes de Câmara, que integram o

Assembleia Intermunicipal

Conselho Intermunicipal, fizeram o seu melhor e fizeram aquilo que foi uma negociação política interna, em algumas opções, que aliás também não são grandes. A possibilidade de fazer muito diferente, face aos recursos e face aquilo que é, e que são as prioridades na nossa zona, muito dependentes, aliás, pela ação da CIM daquilo que é o financiamento comunitário, é muito importante. Queria apenas deixar aqui duas notas, uma nota é a questão do BUPi, porque aliás está aqui referido, porque embora não sejam uma responsabilidade total, direta, a CIM esteve envolvida e o problema é este, quando os particulares, e é preciso, julgo eu, fazer sentir isso junto à administração que foi o desenvolvimento, querem aceder ao sistema, que ainda por cima lhes diz, que foi aquilo que eu pretendi fazer, e não sou informático, mas não sou totalmente ignorante, quando querem fazer a localização dos prédios na nossa região é impossível fazê-lo porque a dimensão dos mapas do software, não permite fazer qualquer localização de pequenas parcelas. Funcionará, com certeza, nos montes alentejanos e outras coisas parecidas, não funciona na nossa região, não é possível, portanto, alguém vai ter de mexer nisso ou então deixam de dizer que as pessoas podem fazer a localização. Tão simples quanto isso. -----

--- A outra é uma questão com que a CIM não tem a ver, mas é outra pelo que eu deixo parecido com os problemas da democraticidade. A democracia aprofunda-se, se as pessoas, os cidadãos puderem ter uma participação clara do significado dos documentos. As alterações que foram introduzidas nas Normas Contabilísticas Autárquicas complicaram de tal forma o sistema que elas são praticamente ininteligíveis para o cidadão comum que não tem formação de contabilidade ou economia, nem participa muito nestas questões. E nós temos um exemplo neste nosso orçamento, que tinha de ser feito assim, o mapa que faz o resumo das receitas, não foi mudado pela classificação económica, não refere receitas e despesas de capital, mas no mapa resumo aparecem quatro milhões e novecentos e tal mil euros de despesas de capital. Esta contradição é ininteligível para o cidadão comum que olhe para este documento. Desculpem, mas eu vou dizer isto porque sei que é assim que acontece, a generalidade das pessoas que estão aqui não lê os papéis, que não tem tempo, na maior parte dos casos e porque o Plano e Orçamento tem cento e tal páginas. Eu tenho algum tempo, portanto, vou-me dedicando de vez em quando a ler a maior parte destas coisas, e, portanto, deixo aqui este apelo, é preciso que alguém sinta nestes poderes, temos aqui deputados da Assembleia da República, pode ser que tenham intervenção nisso, que se pense que os cidadãos não têm de ser especialistas, o cidadão comum não tem de ser especialista em economia e finanças, chega de economês. Encontrem-se documentos que sejam em português, para que o cidadão comum perceba exatamente o que

Assembleia Intermunicipal

é que está em causa e o que se diz ali. Não tem nada a ver com a questão em si do orçamento, tem a ver com a reflexão de quem acha que a democracia só é possível quando temos todos os instrumentos para perceber as decisões e participar na sua produção. Quanto ao resto, obviamente que eu votaria a favor pelas razões que já aqui disse.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Gostaria de vir aqui só trazer duas notas, uma delas é esperar os melhores sucessos para a questão dos transportes públicos, porque de facto esta é uma questão dramática para a nossa região e aquilo que eu ouço o Presidente da Câmara de Oliveira de Frades dizer é que mesmo pagando mais não se consegue manter a rede que tínhamos, portanto, penso que esta será uma questão decisiva, porque é decisiva para as pessoas mais pobres da nossa região. Parece-me que se calhar também temos de pensar nisto numa maneira muito mais para a frente, parece-me que vai acontecer aos autocarros nas nossas aldeias, o mesmo que aconteceu ao comboio do Vale do Vouga e ao comboio do Dão. Eu penso que será necessário estudarmos um novo modelo de mobilidade, um novo modelo de transportes, que se adequa às nossas condições de vida e às condições de vida de quem os utiliza, porque de facto, fá-lo por mim, nós aqui não somos propriamente os utilizadores comuns dos nossos transportes públicos e também porque eles não nos serviriam, não é porque a gente só não quer, também não serviriam para a nossa vida. O transporte a pedido é, neste sentido, um avanço muito importante, e espero que venha a ser bem-sucedido. -----

--- Uma outra questão em que a CIM tem uma grande atividade tem que ver com a questão da floresta. A CIM tem uma atividade importante, e tudo que se fizer na floresta será sempre muito pouco. Mas eu tenho um problema com isto, porque é assim, há tempos na Assembleia Municipal de Oliveira de Frades nós aprovamos um Plano de Proteção da Floresta contra incêndios, que tinha mais de cem páginas, aqueles documentos que como dizia o Dr. Rui Santos para mim é ler, mas eu também às vezes não leio todos, devo dizer-lhes, mas alguns tenho curiosidade e leio. Entre as mil generalidades que se dizia, dizia-a- se às tantas que a dimensão das propriedades para a aplicação das medidas de proteção previstas no Plano, devia ter entre vinte e cinco e cinquenta hectares, ora bem, no concelho de Oliveira de Frades, provavelmente os dedos de uma mão chegarão para contar as propriedades com esta dimensão, se as houver, porque não tenho a certeza se há alguma. -----

--- Agora a questão é que concordamos que essa será a dimensão ideal, até para ter valor económico, até para fixar populações, pessoas, que é uma coisa importante, por causa do despovoamento. Eu venho a defender uma coisa, há muitos anos, que é uma coisa que ninguém

Assembleia Intermunicipal

concorda comigo, eu acho que os prédios rústicos deviam ter todos um IMI mínimo, pelo menos de um euro, independentemente da dimensão do prédio e isto porquê, para criar mercado e para estimular a sua venda nos mercados e para estimular a venda das propriedades, no sentido de se poderem vir a constituir as propriedades de vinte e cinco ou cinquenta hectares para quem quiser de facto investir na floresta. Deixaria isso à consideração, porque de facto a intervenção na propriedade, uma das maneiras de o fazer é também pela via fiscal, obviamente. -----

--- Uma outra solução, provavelmente menos invasiva seria criar apoios financeiros realmente eficientes para as Zonas de Intervenção Florestal poderem ter uma atividade e poderem fazer uma gestão das propriedades com interesse económico, porque elas foram criadas, mas na prática são mais um documento que existe, se calhar que ainda vem criar mais algum problema aos proprietários, mas que de facto não se tem traduzido numa gestão com valor económico, e penso que aí poderia haver muito para fazer e de facto mais uma vez um apelo aos candidatos a deputados e a toda a gente para no fundo esta questão também merecer outra orientação. -

--- Uma outra coisa que tem a ver com o orçamento, mas que também tem a ver com orçamento municipal. Eu, na última Assembleia Municipal estava a votar uma coisa e disseram-me assim, tens que por isto na Assembleia da CIM porque a gente sozinhos não pode fazer nada. Fez-me um bocado de impressão estar a votar a derrama sobre o IRC e porquê, eu pensei, mas então a EDP faz aqui lucros, não paga cá a derrama, as grandes empresas todas vão pagar a derrama em Lisboa, ou onde tiverem a sede. Eu acho que isto é injusto e acho que os nossos municípios deviam votar para reverter isto. Acho que as empresas, nomeadamente aquelas que trabalham com bens de interesse público, a eletricidade é um bem de interesse público, as comunicações são bens de interesse público, os serviços bancários são bens de interesse público, não são bens privados no estrito sentido do termo e acho que estas empresas que operam na região, nomeadamente as derramas do IRC deveriam ser distribuídas por todo o país e acho que nos devia caber uma pequena fatia, porque 0,5 % de derrama sobre os lucros da EDP são se calhar mais do que o orçamento de alguns dos nossos municípios, e portanto, eu acho que isto é no mínimo injusto e penso que era uma das reivindicações que cabe também, de facto, e acho que podem contribuir também para os desenvolvimentos dos nossos concelhos e para uma maior robustez dos nossos municípios, porque também isso é essencial para que consigamos fixar populações. Muito obrigado.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “Eu vou demorar um bocadinho, porque este é o documento mais importante desta instituição, deve ser lido, deve ser analisado, e nós devemos ter ideias sobre ele, nem que sejam

Assembleia Intermunicipal

ideias erradas, mas devemos ter ideias. Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Secretariado pela elaboração deste documento, tendo também alguma frustração nele, da minha parte, frustração que não a imputo, nem ao Conselho Intermunicipal, muito menos ao Secretariado. Frustração de não ver aqui espelhada mais competências que as CIM's, no meu entender, como disse há pouco, como regionalista que sou, que deveriam ter. E baseio essa minha afirmação numa coisa simples, é que tudo aquilo em que a CIM tem vindo a ganhar experiência, capacidade de intervenção, capacidade de negociação, temos tido sucesso. Temos tido sucesso quando a CIM tem uma abordagem, que só pode ser uma abordagem supramunicipal, e é por isso que nós estamos aqui, em coisas em que podemos fazer melhor juntos do que cada um por si. Foi o caso dos transportes, podemos não ter a melhor rede de transportes possível, mas temos melhor do que o tínhamos antes, e sobretudo ainda temos, porque com os estrangulamentos que os municípios vão sofrendo, a alternativa era não ter nunca nenhuma em condições. Como eu disse na minha primeira intervenção, se nós estivéssemos na Área Metropolitana de Lisboa ou do Porto, qualquer um dos nossos municípios tinha uma rede de transporte fantástica, bastava ir bater à porta de quem de direito e ameaçar com duzentos ou trezentos mil eleitores e esse é que é o nosso problema, nós agora temos de ir bater à porta de quem de direito, com os duzentos e cinquenta dois mil habitantes da nossa CIM, que já é como um grande município português, só há 24 municípios em Portugal com mais de cem mil habitantes, e, se calhar, com mais de duzentos mil não haverá dez, por isso nós nestas disputas temos que ir lá com os nossos duzentos e cinquenta e dois mil habitantes, enquanto os tivermos. -----

--- Depois outro ponto importante, também nas questões supramunicipais, a ênfase que se continua a dar na formação dos quadros autárquicos. Nós só poderemos ter associações, empresas, comunidades intermunicipais, autarquias fortes, quando tivermos quadros bem formados, quadros bem formados esses que teremos de nos preparar para remunerar melhor, senão não teremos quadros bem formados, porque o mercado captá-los-á. Parabéns à CIM por esse trabalho.-----

--- Na questão das florestas, também com os parques meios que temos ao dispor da CIM, temos sido inovadores. A vigilância florestal, a técnica nova dos contrafogos, uma coisa antiga, mas que é preciso dar consistência e formação para que se possa fazer, porque não me esqueço, nos fogos de 2017 houve concelhos que perderam vinte a trinta por cento do seu PIB potencial e a floresta é um recurso que não é só para o PAN defender, aliás o PAN até defende muito pouco a floresta, não é um partido ecologista é um partido animalista. Cabe-nos a nós que temos cá a

Assembleia Intermunicipal

floresta defendê-la como mais-valia de valor, com verticalização da economia, da produção da floresta, da produção energética da floresta, pela biomassa, e nós temos isso, em dois, pelo menos, concelhos da CIM temos aproveitamento energético dessa riqueza e com a criação de mais-valia, com outras indústrias a jusante, da produção florestal. -----

--- As duas grandes, por exemplo, a Sonae e a Luso Finsa estão instaladas em dois municípios da CIM e pode haver outras relacionadas com esta estratégia, e a CIM está a lançar estas sementes, é por isso que eu sou regionalista, alguém aqui nesta sala alguma vez disse que um euro gerido pelos municípios é mais bem gerido do que pelo Estado, pois eu digo que um euro gerido pelas CIM' s é muito mais bem gerido ainda que o euro das autarquias, porque potencia a escala e hoje vivemos num momento de escala, a escala é fundamental e por isso é que precisamos de ter mais poderes, mais financiamento e mais quadros. Eu não sou daqueles que olha para aqui para o relatório e diz vamos gastar não sei quantos mil euros em pareceres e consultoria, vamos gastá-lo porque não podemos ter um quadro como deve ser, de técnico e deveríamos tê-lo. Não temos porque não nos dão meios para isso. -----

--- Outra questão muito importante, onde a CIM também tem feito um trabalho notável é no Turismo, mas não é no Turismo para inglês ver, é no Turismo efetivo, potenciando mais uma vez a floresta, ou seja, tudo isto está num plano circular em que os extremos de tocam, uma floresta sustentável é uma floresta apetecível para irmos passear, para trazermos os nossos amigos de outros países para passear, para virem às nossas ecopistas, para virem também a uma floresta sustentável, com indicações e que um município não pode. Nós não podemos pensar que ninguém vem à CIM Viseu Dão Lafões, nem só por Viseu vem, embora Viseu tenha muitos mais atrativos que os outros concelhos, ninguém vem à CIM Viseu Dão Lafões só por um sítio, vem por uma rede, por uma região, por um conjunto de ofertas, ofertas essas de enoturismo, gastro turismo é muito importante, turismo de natureza, todas elas espelham o tipo de turista que nós queremos. Nós não queremos o turista que vai para Albufeira, nós queremos um turista que vem cá, que valorizam o património único e está disposto a pagar bem por o ver. -----

--- E, por fim, isto realmente volta a circular, a questão do cadastro rústico é absolutamente fundamental. Também sou empresário agrícola, sou empresário metalúrgico, mas também sou agrícola, e podia ter desenvolvido o meu projeto muito mais se tivesse um cadastro em condições, porque podia ter negociado a tempo com os meus vizinhos, vizinhos esses que uns são uns cientistas outros já faleceram, outros estão emigrados e eu não tenho hipótese de fazer um negócio tão rentável, e voltamos à escala. Se é verdade que em Oliveira de Frades ou em qualquer concelho da CIM não há propriedades com cinquenta hectares, nem com vinte e cinco,

Assembleia Intermunicipal

temos que almejar que elas cheguem aos cinco ou seis para se poderem tornar rentáveis, porque voltamos à questão da demografia, um indivíduo que seja um produtor agrícola ou florestal com dimensão pode dar aos seus filhos a mesma qualidade de vida que alguém que vai trabalhar numa fábrica do litoral, ou nos serviços do litoral, porque vai criar valor e é isso que a CIM, julgo eu, tentou estar atenta e perceber. Eu estive até a ver na questão que discutiremos mais à frente dos contratos, realmente à uma quantidade muito significativa de pessoas que vão estar alocadas a este esforço. Este esforço, é um esforço titânico, é um esforço difícil, mas tem de ser persistente. Só há outro país com cadastro rústico pior que nós, na Europa toda, é a Grécia. A Grécia que é o único país que neste momento está à frente da Bulgária, em termos de PIB per capita. Nós podemos não ter subido, mas não decrescemos, a Grécia que já esteve em 14º quando nós eramos 15º é hoje o 26º país da união a 27. É a única coincidentemente que tem um registo cadastral com prédios rústicos pior ou semelhante com o nosso. Todos os outros têm cadastros fáceis de consultar, fáceis de verificar, que são transparentes para que um jovem quando decide ter uma atividade silvícola, agrícola, de pastorícia possa tê-la da mesma maneira com dignidade e com os meios de hoje. As atividades do setor primário têm ao seu dispor todas as novas tecnologias possíveis. Um agricultor, um pastor, um silvicultor, hoje, tem de dominar um conjunto de saberes exatamente igual ao de uma profissão técnica, se quiser ganhar dinheiro e o que fixa as pessoas no território é a capacidade de rendimento, porque qualidade de vida nós temos, e continuamos a perder pessoas. Se conseguirmos fazer este trinómio, acessibilidade, capacidade de criar valor iremos ter a terceira fase do triângulo que é fixação às populações. Os meus parabéns ao Secretariado e ao Conselho Executivo, não sendo um documento perfeito, porque não há documentos perfeitos de planeamento, é um documento sólido, que nos augura capacidade de intervenção e que lança desafios para outras situações mais importantes e eu espero que um dia estejamos aqui a discutir também competências na educação, na saúde e outras mais, por exemplo, uma questão muito simples na educação, é absolutamente inacreditável como é que temos no ensino público uma oferta profissional importante, mas depois está fragmentada pelos concelhos. Quando uma grande empresa chega à CIM Viseu Dão Lafões e precisa de um conjunto de formações, se não se pode ter tudo num concelho, porque não criar à semelhança do que se fez com os agrupamentos de Centro de Saúde, agrupamentos regionais de oferta de ensino profissional, por forma a haver oferta complementar. Por exemplo, eu na minha área se eu precisar de um soldador não me importo que ele seja formado em Carregal do Sal e um operador de máquina CNC seja formado em Nelas, e que um operador de metrologia seja formado em Viseu, desde que eu tenha um de cada um

Assembleia Intermunicipal

dos três e não tenha de ir à Trofa ao CENFIM, porque eu recuso-me a considerar que nós somos menos capazes, menos dinâmicos, ou menos organizados do que as zonas mais desenvolvidas do Litoral, temos às vezes é menos capacidade de cooperar, entre empresas, entre órgãos de formação superior e entre as autarquias. Isso tem de acabar. Este passo que a CIM aqui mostra, das minhas conversas que vou tendo com o Dr. Martinho, é isso, é uma semente que vai germinando, mas que precisa, como tudo, de bom sol e de boa rega para poder germinar.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Eu só queria deixar aqui duas notas, porque eu pensava que o problema da derrama estava resolvido, lembro-me quando fui Presidente da Associação de Municípios que discutimos este problema da derrama e que ele já era proporcional ao número de trabalhadores que a empresa tinha em cada concelho, eu acho é que devíamos levantar um outro problema em si mais importante, é o absurdo do segredo das finanças em relação aos dados que são das autarquias, isso é que eu acho um absurdo, e isso é que eu penso que esta CIM deverá também ajudar a resolver, isto é, como é que sendo as autarquias os sujeitos ativos do imposto, depois não recebem das finanças os dados necessários. -----

--- É o segredo, porque ninguém percebe porque é que se mantém, portanto, se alguma câmara quisesse saber de onde proveem os seus impostos as finanças fazem segredo enorme e não se percebe porquê. Mas gostaria também de deixar aqui apenas uma discordância em relação ao que disse, eu estou muito de acordo com aquilo que disse, sobretudo aquilo que tem a ver com o centralismo, eu acho que, e tenho dado esta figura de Portugal, é que cada vez o país é um o corpo raquítico com duas cabeças enormes e de facto isso não é bonito. -----

--- Não há nenhum corpo humano que seja assim, que esteja equilibrado, e nós temos culpa de facto, nós temos culpa porque deixamos ir os montantes dos fundos comunitários para Lisboa, que se fosse um país pagava para o resto do país, mas por artes que nós conhecemos, veja-se a dificuldade que temos em reivindicar ligação ferroviária entre Aveiro-Viseu-Salamanca e a facilidade com que uma região que está fora da coesão arranjou dinheiros para a terceira perimetral do metro, isto de facto, é que temos de nos unir para combater este tipo de situação.

--- Mas deixe-me só dizer-lhe uma coisa onde eu não estou de acordo, eu disse, também em tempos, que o dinheiro das autarquias um euro era mais bem gasto que a nível central, mas também partilho, apesar de ser Presidente deste Órgão que o dinheiro nas câmaras municipais que compõem a CIM também é mais bem gerido que a CIM, isto é, assim como partilho que o euro nas juntas de freguesia é mais reprodutivo que nas câmaras municipais, senão estávamos

Assembleia Intermunicipal

a contrariar o princípio da subsidiariedade, que faz melhor quem está mais perto, eu sei que é um problema de escala muitas vezes, mas também gostaria de deixar aqui este apontamento.

--- Apenas uma consideração de ordem final, eu acho muito importante as discussões sobre o orçamento, mas gostaria de dizer que o orçamento é um documento de intenções, tão importante e é um documento previsional. Tão importante quanto isto é depois a discussão da conta, porque é assim que nos têm enganado, aqui há uns anos, o Dr. Maria Matos lembra-se perfeitamente, havia o PIDAC, era assim que nós enganámos as populações, quando achávamos que queríamos alguma coisa, dizíamos que já foi para PIDAC, mas depois fazia-se uma revisão, tirava-se do PIDAC, atualmente inventou-se outra coisa, não se chama PIDAC, chama-se cativações, é assim, põe-se no orçamento e depois cativa-se.-----

--- E, portanto, é a isso que devemos estar atentos, portanto, analisar a conta de gerência com o orçamento, tem de ter este exercício sob pena de estar a discutir um orçamento, que é de facto importante, mas que não chega para esta discussão.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “Das intervenções dos Senhores Deputados, João Tiago, Mário Pereira e também Rui Santos, dar algumas notas muito rápidas sobre algumas questões que foram colocadas. --

--- Relativamente à questão do BUPi, a CIM, e bem, teve a opção de fazer este projeto do BUPi e do Cadastro a uma escala intermunicipal, houve delegação dos catorze municípios na Comunidade Intermunicipal, para termos escala e termos uma estratégia concertada no território. Abrimos os balcões no dia vinte e um de junho e percebemos, claramente, da necessidade e da estratégia de alguma capilaridade que é necessário ter. Nós além das equipas que estão em cada um dos municípios, aliás entramos aqui e há um balcão aqui no Multiusos, que é o balcão do município, vamos ter equipas móveis que vão começar já no próximo mês de janeiro, e vamos dotar essas equipas de viaturas com equipamentos de informática que vão para as freguesias, ao encontro das pessoas. Vamos, assim, ter de ter um trabalho de muito perto com os nossos Presidentes de junta que vão anunciar em que dias é que vão estar estas equipas móveis em cada um dos municípios. Nós temos boas razões para estarmos otimistas, nós tivemos no mês de outubro, nos municípios a nível nacional com mais registos do BUPi, tivemos três municípios da nossa Comunidade Intermunicipal. Estamos a reforçar muito a capacitação dos técnicos e, portanto, a partir do próximo mês vamos ter também as equipas móveis, que vão ser complementares às equipas que estão em cada um dos municípios, mas aqui reforçar a necessidade da capilaridade de irmos a cada uma das freguesias e de muitas sessões de esclarecimentos. Aquela questão que foi colocada relativamente à questão das plantas, já foi

Assembleia Intermunicipal

reportada, nós tivemos uma reunião na passada semana com a estrutura de missão do BUPi, e também já demos nota dessa dificuldade e tivemos a promessa, da estrutura de missão, de tratar exatamente essa questão, que sabemos que ela existe. -----

--- Outra nota que tem a ver com a questão do projeto “Ir e Vir”. Hoje a mobilidade mudou muito, ainda mudou mais depois da questão da pandemia e cada vez mais nós temos a certeza e a convicção que o transporte flexível, o transporte a pedido, vai cada vez mais assumir-se numa lógica de complementaridade com o Serviço Público de Transporte de Passageiros. Nós estamos num projeto piloto, iniciámos o piloto no dia quatro de outubro, tem sido fantástica a adesão das pessoas, como é piloto, nós temos vindo a ajustar os dias, a ajustar os horários, vamos agora ajustar para também termos ao fim de semana, ao sábado e domingo também há necessidades de mobilidade, e temos de facto muitos pedidos de muitas pessoas, nos primeiros quinze dias, três semanas, foi baixa a adesão, mas depois foi o efeito bola de neve, palavra puxa palavra, a experiência que umas pessoas passam às outras, e temos hoje já o transporte flexível naqueles seis municípios a ter muitos pedidos. Vamos alargá-lo, no mês de fevereiro, aos restantes oito municípios da Comunidade Intermunicipal e claramente no nosso futuro contrato da concessão, nós vamos lançar o concurso da concessão mais uma vez, o primeiro concurso ficou deserto, fomos a terceira Comunidade Intermunicipal a fazê-lo, em vinte e três CIM’s e duas áreas Metropolitanas, ficou deserto, e estamos agora com o caderno de encargos para preparar um novo concurso. Dar uma nota, também, que o défice por obrigações de serviço público, na Comunidade Intermunicipal, no conjunto dos catorze municípios, ronda os quatro milhões de euros por ano, portanto isto quer claramente dizer que de facto temos de assumir a mobilidade numa lógica do transporte flexível complementar à carreira pública, porque conseguimos resolver os problemas da mobilidade das pessoas a um preço muito mais baixo e, portanto, a um custo mais baixo também para a Comunidade Intermunicipal e para cada um dos municípios.

--- Só aqui a questão da capacitação, que o Deputado João Tiago referiu, de facto a capacitação é crítica, nós temos apostado muito na capacitação na Comunidade Intermunicipal, não só dos técnicos das autarquias, mas também, por exemplo, da proteção civil. Nós estamos a capacitar o nosso território, ao abrigo do projeto LIFE, um projeto europeu, na área da floresta e da resiliência da nossa floresta. Um projeto europeu, que foi o único aprovado naquele vertical e estamos a capacitar técnicos de fogo controlado e operacionais de queima. A região vai ficar completamente independente, estamos a capacitar não só os serviços municipais de proteção

Assembleia Intermunicipal

civil das câmaras, mas também os nossos bombeiros e também a GNR. E esse é o trabalho que estamos a fazer com os atores todos da proteção civil da região. -----

--- Outra nota tem a ver com a capacitação na área do turismo, estamos a qualificar a oferta, estamos a capacitar os técnicos das câmaras municipais, os técnicos que estão nos museus, mas também os agentes privados, os agentes privados que estão, por exemplo, na Rota do Vinho Dão. E, portanto, aqui a capacitação também é crítica relativamente a esta questão. -----

--- Uma nota final, numa questão que é estratégica para o território e que tem a ver com a questão da mão de obra e da rede de cursos profissionais. A CIM foi CIM piloto em 2015/2016, no ordenamento da rede de cursos profissionais. Hoje já a fazem as vinte e três, mais as duas áreas metropolitanas, para fazer claramente o ajustamento onde era a oferta das nossas escolas e a procura por parte do mercado de trabalho das nossas empresas. E fizemos uma evolução, fizemos um caminho nesse sentido, ouvimos as nossas empresas, ouvimos o que é que as empresas necessitavam e fizemos, há um ano, um trabalho muito importante, que foi um inquérito às entidades empregadoras, às pequenas e médias empresas, mas também ao setor social, à área da educação, mas não nos focámos na formação, focámo-nos numa questão fundamental, nas competências. Que competências é que as empresas precisam nas suas empresas e temos claramente esse trabalho mapeado e identificado e vamos iniciar, ainda este ano, não para o próximo ano letivo que já não é possível, para o ano letivo 2022/2023, mas queremos para o ano de 2023/2024 ter esse trabalho concluído e claramente mudar e propor às escolas, numa lógica de complementaridade, já conseguimos isso na Região de Lafões, conseguimos essa complementaridade para não haver sobreposição das ofertas, e vamos fazer esse trabalho exatamente para propor novos cursos, mas isto, também só é, e temos dito muito isto à tutela, isto só é conseguido quando for feita uma coisa fundamental, que é ajustar a oferta da redes de cursos profissionais das Escolas Profissionais e dos Agrupamentos de Escolas com a oferta do Instituto de Emprego e enquanto, também, não for feita esta complementaridade a rede de cursos profissionais fica um bocadinho coxa relativamente a isso, mas também sabemos que a tutela está sensível a isso.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Deputados Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva e Ana Carla de Figueiredo Luzio. -----

--- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de

Assembleia Intermunicipal

2022, de acordo com a Informação de Serviço n.º 977/2021, de 17 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro” .-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui só neste ponto, que é um ponto recorrente. Todos os anos cá vem e é um ponto em que eu recorrentemente me abstenho. Na Assembleia anterior já sabiam porquê, nesta nova Assembleia como tem muita gente nova eu sinto necessidade de justificar novamente essa minha abstenção.-----

--- A lei impõe que esses compromissos plurianuais, por estarem associados às obras, projetos de maior vulto que se concretizem, venham aqui à deliberação e aprovação desta Assembleia Intermunicipal. Por outro lado, foi criado este expediente, de autorização prévia genérica, em que nós aprovamos no início de cada ano, todas as obras, todo o assumir de compromissos que venha a ser feito durante o ano. Dizem-me, também, que este expediente está previsto na lei. Eu não coloco em causa a legalidade do expediente, porque também não tenho conhecimentos para isso, e também, deixem que vos diga, sinto algum conforto por saber que este expediente é aprovado na unanimidade por todos os municípios, e que naturalmente esses municípios têm órgãos jurídicos que analisam estas situações e, portanto, terão a certeza que está dentro da lei. Agora isto não deixa de retirar aqui à apreciação desta Assembleia essa ditas obras e projetos de maior vulto e, portanto, diminuí-lhes o debate, que assim seria naturalmente mais alargado.

--- Eu creio e estou convencido que esta situação será pelas deficientes condições desta Assembleia Intermunicipal, já recorrentemente aqui afirmámos essas deficientes condições de só reunirmos duas vezes por ano. Temos muitas limitações. Podemos reunir extraordinariamente, mas parece que não há vontade que isso se concretize, porque a própria legislação distingue em termos funcionais as reuniões extraordinárias das ordinárias, não lhes dá o mesmo formalismo, não as equipara, diferencia-as, não sei bem porquê, mas assim é. Agora, a reflexão que eu queria aqui deixar para todos é, se nós devemos aproveitar esta situação, esta necessidade, porque naturalmente que os executivos, designadamente da CIM, muitas vezes carecem de alguma agilização, que estas condições menos positivas, de funcionamento desta Assembleia, não o permitem. Portanto, isso seria de certa forma uma obstacularização ao andamento de certas obras e projetos, que teriam de estar à espera, de facto, das reuniões desta Assembleia. Agora o que eu pergunto é se nós devemos de facto partir desta deficiência do funcionamento desta Assembleia para criar aqui expedientes que retiram assuntos importantíssimos do debate da mesma, ou se deveríamos aproveitar para, de alguma forma, fazermos sentir a necessidade de que as condições de funcionamento destas

Assembleia Intermunicipal

Assembleias Intermunicipais melhorem, porque eu acho que seria isso o que de facto seria vantajoso para as regiões e para o país.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: “Peço desculpa por fazer uma intervenção neste ponto, que não tem nada a ver com este ponto, mas vem a propósito das intervenções dos pontos anteriores, eu não queria falar depois do Senhor Secretário Executivo, nem depois do senhor Presidente do Conselho.-----

--- É para dar conhecimento, ou para realçar o facto de o Governo ter intenção de criar mais uma NUT, NUT2 da Península de Setúbal e, portanto, vai desagregar todos os onze municípios da Península de Setúbal, da Região da Grande Área Metropolitana de Lisboa. Isto acontece porque aquela Península de Setúbal não tem conseguido acompanhar os níveis de desenvolvimento dos territórios ali à volta e toda a estratégia de desenvolvimento daquele território não tem sido conseguido. Essa desagregação dos onze municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa para criar uma nova NUT2 vai constituir um novo desafio para esta CIM e vai constituir um novo desafio para a CCDR, não havendo um aumento proporcional dos fundos comunitários, significa que a CCDR Norte, Centro, Alentejo, Algarve e também as Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e Vale do Tejo vai ter aqui uma nova concorrente e esta também para os fundos de convergência. Acho que era importante que toda a Região Centro e as CIM que compõem a Região Centro realçarem junto do Governo a necessidade de rever o próximo Quadro Comunitário de Apoio para que não haja aqui um prejuízo para estas regiões do interior que também ainda não têm conseguido níveis de desenvolvimento do restante território a nível nacional.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Deputados Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Ana Carla de Figueiredo Luzio, Vítor Manuel Melo Fernandes e Gonçalo Rui Martins Magalhães.-----

--- **Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos:** Listagem dos compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 8 de maio e 17 de novembro de 2021, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 990/2021, de 18 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Tavares**, cuja intervenção se transcreve: “Quero dizer que como autarca, fui a várias reuniões da CIM e lá não havia lutas partidárias, havia uma região. Era lá que se defendia a região e quero dizer claramente que é assim que temos de

Assembleia Intermunicipal

defender, eu concordo com o meu colega de Mangualde temos de ser a região toda, que se formos só para capelas, ou for partidos PS, PSD, simplesmente a região será esquecida. Eu sou prático e simples e quero mencionar que esta região realmente tem sofrido grande desenvolvimento graças ao bom desempenho desta CIM, mas há algo que é preciso fazer e era isso que eu pretendo falar. -----

--- Apresento aqui esta fotografia da revista Proteste e diz aqui *Net móvel rápida é para todos?* e passo a ler “Enquanto no litoral se verificam velocidades boas e aceitáveis, consoante se avança para o interior, e em especial para o norte, os valores começam a diminuir...” é evidente que já vimos que Portugal não é o mesmo, há Lisboa, há o litoral, o Algarve e depois há o Interior, o eterno interior, mas o que me preocupa não é só isso, é que eu chego aqui à região Viseu Dão Lafões e tenho cores bastantes diferentes, isto é que me preocupa. Se eu quero uma coesão territorial, isto não é possível.-----

--- Não é possível porquê? Porque acontece que os jovens da minha terra, do meu concelho, quando foi agora com o Covid, não havia aulas e eles ficaram em casa e eu tive uma série de reclamações na Câmara, porque não havia internet em condições, não havia aulas. Fibra não há numa grande parte do território, internet igualmente, logo isto é um território desigual. Eu tenho aqui na foto, concretamente se virmos o que está aqui, tenho Viseu, claro, tenho Tondela, tenho Vouzela e Mangualde, e o resto da região? Não tem de ser a mesma cor tudo? Ou temos uma cor verde-escura, depois temos os vermelhos, temos amarelos, temos zonas brancas, isto não é possível, ou é uma coesão territorial e somos todos tratados de forma igual, ou então não há desenvolvimento. E é isto que eu venho alertar, nós, a Câmara de Aguiar da Beira, lutámos e fizemos ver esta realidade, mas eu sei que Aguiar da Beira é um concelho pequeno do interior. Só conseguimos realmente uma região forte se estivermos todos juntos, se estivermos todos unidos e isto não pode acontecer com os jovens do concelho de Aguiar da Beira, uma grande parte das vezes não tinha condições para estudar.-----

--- Já não falo em empresários que querem investir e não têm fibra e o simples cidadão. É necessário mudar e criar as melhores condições para todo o território, não pode haver cidadãos de primeira e de segunda. Esta CIM pode e deve criar as melhores condições para todos. Fico a aguardar. Muito obrigado.”-----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma.-----

